

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

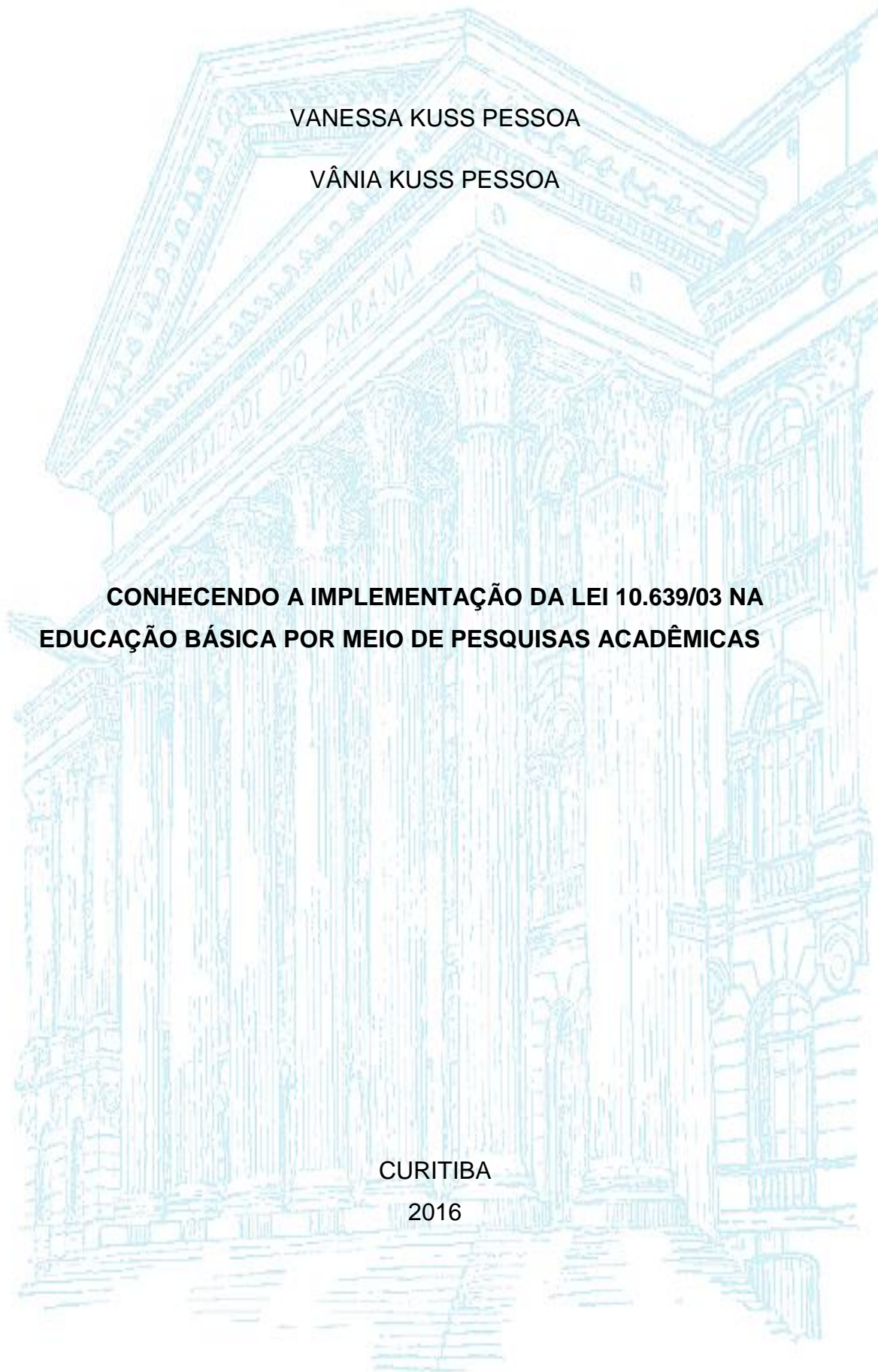
VANESSA KUSS PESSOA

VÂNIA KUSS PESSOA

**CONHECENDO A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA
EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE PESQUISAS ACADÊMICAS**

CURITIBA

2016



VANESSA KUSS PESSOA

VÂNIA KUSS PESSOA

**CONHECENDO A IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03 NA
EDUCAÇÃO BÁSICA POR MEIO DE PESQUISAS ACADÊMICAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à formação em
Pedagogia pela Universidade Federal do
Paraná.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lucimar Rosa Dias

CURITIBA

2016

Tudo é considerado impossível até acontecer
Nelson Mandela

AGRADECIMENTOS

À nossa mãe que sempre nos apoiou e incentivou principalmente durante a graduação, não nos deixando desistir diante de tantas dificuldades que enfrentamos para chegar até o último ano deste curso. Aos nossos filhos pela paciência e compreensão, pois foram muitos os momentos longe deles.

À nossa orientadora, Prof^a. Dr^a. Lucimar Rosa Dias, por aceitar nos orientar nesta etapa tão importante de nossas vidas.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo mapear como a Lei 10.639/03 tem sido implementada na educação básica de acordo com as pesquisas acadêmicas. Foram selecionadas seis dissertações e uma tese da subcategoria Implementação da Lei 10.639/03, dentre o material seis dissertações e uma tese, presentes no Projeto Estado da Arte a produção em Educação das Relações Étnico-raciais entre 2003 a 2014. A partir de uma leitura criteriosa procurou-se identificar pontos comuns entre dissertações e a tese, visando aprofundar o conhecimento que se tem a respeito de como questões relacionadas a implementação da lei aparecem enfocadas. Destaca-se o aumento da produção acadêmica com ênfase na implementação da lei 10.639/03 voltadas para educação básica em consonância com aumento de, publicações do Ministério da Educação - MEC voltadas para este tema. Destaca-se que as pesquisas tratam fortemente da formação de professores. Outro dado a destacar é que a maioria das produções (4 das 7) é pautada na história das lutas do movimento negro e realiza suas pesquisas por meio de entrevistas.

Palavras-Chave: Implementação; Lei 10.639/2003; Ministério da Educação; Educação étnico-racial; Lei de Diretrizes e Bases.

Sumário

INTRODUÇÃO	7
CAPÍTULO I – HISTÓRICO E PUBLICAÇÕES DO MEC	9
1.1 FRAGMENTO HISTÓRICO DAS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO	9
1.2 PUBLICAÇÕES MEC	13
CAPÍTULO II – O QUE DIZEM AS DISSERTAÇÕES	17
2.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
2.2 ANÁLISE DOS DADOS	18
CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
REFERÊNCIAS	26

INTRODUÇÃO

O nosso trabalho objetiva conhecer como está havendo a implementação da lei 10.639/03 por meio de análises de pesquisas acadêmicas, selecionados a tese e as dissertações no material pré existente Projeto Estado de arte, pesquisa nacional intitulada “Educação e Relações Étnico-Raciais: Estado da arte, coordenada pelo Professor Drº Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR), Professora Drª Shirley Aparecida de Miranda (UFMG) e Professora Drª Katia Evangelista Regis (UFMA). Foram selecionadas seis dissertações e uma tese da subcategoria Implementação da Lei 10.639/03, dentre o material em seis dissertações e uma tese, presentes Projeto Estado da Arte a produção em Educação das Relações Étnico-raciais entre 2003 a 2014.

As teses e dissertações selecionadas são datadas de 2009 a 2014 e tratam da Educação Básica em diferentes instâncias, tais como: Gestão, Experiências de aprendizagem e Organização (espaços, materiais e tempo). Junto a está análise utilizaremos material publicado pelo MEC que diz respeito as relações étnico-raciais, como suporte bibliográfico.

Além da leitura cuidadosa do material realizamos como fundamentação teórica para compreender o contexto de produção das pesquisas um levantamento de material publicado pelo Ministério da Educação- MEC que diz respeito às relações étnico-raciais.

Nosso interesse nesta pesquisa se relaciona com o fato de que como estudantes do quinto ano do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Paraná percebemos no decorrer da graduação que as inúmeras disciplinas cursadas têm por objetivo principal, nos instruir para atuação no ambiente escolar, porém dentre tantos assuntos a educação para as relações étnico-raciais não está em destaque ou não entrou em discussão e este fato nos inquietou e nos motivou para a efetivação da presente pesquisa. A oferta de disciplina que trata do tema tem sido ofertada como optativa e somente em

2016 o Setor de Educação fez concurso em seus departamentos para professora atuar nesta área específica.

Para melhor apresentarmos a nossa trajetória de pesquisa dividimos o trabalho em dois capítulos, no primeiro capítulo fazemos uma contextualização histórica sobre a educação e as relações raciais no Brasil e mapeamento de publicações do MEC. O segundo apresentamos o objetivo geral e os específicos, e os percursos que utilizamos para desenvolver esta pesquisa assim como descrevemos e analisamos os dados coletados durante a investigação. Além disso, elaboramos as considerações finais com a intenção de apresentar os aspectos mais relevantes do nosso trabalho, assim como algumas perspectivas preponderantes.

CAPÍTULO I – HISTÓRICO PARA CHEGAR ATÉ A PROMULGAÇÃO DA LEI 10.639/03 E PUBLICAÇÕES DO MEC VOLTADAS PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAS

1.1 FRAGMENTO HISTÓRICO DAS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO NEGRO EM RELAÇÃO A EDUCAÇÃO

Optamos por iniciar o contexto histórico, a partir da Declaração produzida na conferência de Durban que potencializou as discussões e ações acerca de medidas antirracistas, buscando reparar a disparidade social. No seu texto fica clara a importância da oferta de ensino de qualidade e a erradicação do analfabetismo, ainda temos a afirmação de que as instituições de educação devem reconhecer e respeitar as diferentes manifestações culturais. Para tanto a Declaração define algumas metas:

33. Consideramos essencial que todos os países da região das Américas e de todas as outras áreas da Diáspora africana, reconheçam a existência de sua população de descendência africana e as contribuições culturais, econômicas, políticas e científicas feitas por esta população e a reconheçam a persistência do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata que os afeta especificamente, e reconhecemos que, em muitos países, a desigualdade histórica em termos de acesso, inter alia, à educação, ao sistema de saúde, à moradia tem sido uma causa profunda das disparidades sócio-econômicas que os afeta; [...] (Declaração de Durban, 2001, p.16).

95. Reconhecemos que a educação em todos os níveis e em todas as idades, inclusive dentro da família, em particular, a educação em direitos humanos, é a chave para a mudança de atitudes e comportamentos baseados no racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e para a promoção da tolerância e do respeito à diversidade nas sociedades; Ainda afirmamos que tal tipo de educação é um fator determinante na promoção, disseminação e proteção dos valores democráticos da justiça e da igualdade, os quais são essenciais para prevenir e combater a difusão do racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata;

96. Reconhecemos que a qualidade da educação, a eliminação do analfabetismo e o acesso à educação básica gratuita para todos pode

contribuir para a existência de sociedades mais inclusivas, para a igualdade, para relações estáveis e harmoniosas, para a amizade entre as nações, povos, grupos e indivíduos e para uma cultura de paz, promovendo o entendimento mútuo, a solidariedade, a justiça social e o respeito pelos direitos humanos de todos;

97. Enfatizamos os vínculos entre o direito à educação e a luta contra o racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata e o papel essencial da educação, incluindo a educação em direitos humanos, e a educação que reconheça e que respeite a diversidade cultural, especialmente entre as crianças e os jovens na prevenção e na erradicação de todas as formas de intolerância e discriminação; [...]. (Declaração Durban, 2001, p. 29/30)

Tais metas não deixam dúvidas sobre o posicionamento político do evento em relação a construção de uma educação antirracista e isso influencia diretamente as políticas internas no Brasil. Após a Conferência de Durban, a pressão social já existente aumentou e a mudança de do governo federal, quando sai Fernando Henrique Cardoso do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e entra Luiz Inácio Lula da Silva do Partido dos Trabalhadores (PT) colabora para que tenhamos um clima que favorece os diálogos com os movimentos sociais e por consequência com o Movimento Negro (MN) gerando algumas políticas públicas relevantes nesta área, sendo uma delas a que desemboca na alteração da Lei de Diretrizes e Bases pela Lei 10.639/03.

Neste contexto de novos ares políticos a proposta de Lei 259/1999 que previa a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira alterando o texto da LDB de dezembro de 1996, que estava no congresso há bastante tempo, é resgatada pelos deputados federais Ben-Hur Ferreira e Ester Pilar Grossi para dar vazão a uma expectativa do movimento negro em 2003 temos a mudança na LDB com o acréscimo do artigo 26-A que evidência em seu texto a obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira, ressignificando a contribuição e participação da população afrodescendente na construção de nosso país. Tal como podemos conferir a seguir:

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (LDB, 1996, p.16)

§ 4º O ensino da História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.

A Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar em 2003 acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

[Art. 26-A.](#) Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1. O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3. (VETADO)"

[Art. 79-A.](#) (VETADO)

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'. (LDB, 2003, s/ p)

A sanção da lei 10.639/03 legitima as reivindicações do Movimento Negro, consolidando a participação do Estado na produção de uma educação antirracista, ampliando as ações afirmativas e as políticas de reparação, trazendo para as instituições escolares discussões acerca das relações étnico-raciais. Vale mencionar que o mesmo artigo da LDB em 2008 sofre nova alteração.

E em 2008 a lei 11.645/08, altera a LDB e o artigo 26-A fica da seguinte forma.

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (NR)

Depois em 2013 mais uma mudança ocorre na LDB, acrescentando como princípio da educação brasileira a diversidade étnico-racial, ou seja, toda a educação brasileira e não apenas o currículo escolar como citado no Artigo 26-A deve levar em consideração a pluralidade do contexto social em que os

indivíduos estão inseridos na perspectiva da diversidade étnico-racial. Também no Plano Nacional de Educação - PNE, aprovado pela LEI Nº 13.005, DE 25 DE JUNHO DE 2014, inclui-se na meta 7, a Estratégia 7.25 que cabe aos sistemas educacionais.

garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nºs 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, assegurando-se a implementação das respectivas diretrizes curriculares nacionais, por meio de ações colaborativas com fóruns de educação para a diversidade étnico-racial, conselhos escolares, equipes pedagógicas e a sociedade civil. (PNE, 2015, p. 65)

Salientamos que o fato do PNE prever tal ação é parte já de uma urgente demanda do MN e também do campo das pesquisas.

Para Rosa (2007, p. 22) “Torna-se, urgente, pois, incluir no Programa de Formação de Professores o estudo das relações raciais aplicadas objetivamente à educação e a implementação de uma pedagogia anti-racista”.

Outra meta que faz relação com o tema é a meta 13, na Estratégia 4 do PNE que trata da qualidade da educação, pois também prevê que para alcançá-la é necessário.

promover a melhoria da qualidade dos cursos de pedagogia e licenciaturas, por meio da aplicação de instrumento próprio de avaliação aprovado pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior - CONAES, integrando-os às demandas e necessidades das redes de educação básica, de modo a permitir aos graduandos a aquisição das qualificações necessárias a conduzir o processo pedagógico de seus futuros alunos (as), combinando formação geral e específica com a prática didática, **além da educação para as relações étnico-raciais, a diversidade** e as necessidades das pessoas com deficiência (grifo nosso) (PNE, 2015, p. 76)

Considerando que o racismo é institucional e estrutural na sociedade brasileira é de fundamental importância que os profissionais que atuam na educação sejam formados neste campo, com intuito de desconstruir estigmas e quebrar o ciclo de reprodução social do racismo, o qual ocorre na escola de forma reiterada. Nesse sentido preparar esses profissionais para transmitir seu conhecimento sem estereótipos é parte importante da formação para que as leis criadas não fiquem somente no texto, mas se concretizem em práticas.

Compreendemos também que as leis por si só nada garantem, pois temos muitas que não passam de letras mortas. Mas se as conquistamos precisamos fazê-las valer, tornando-as de fato um instrumento de combate ao racismo e pela conquista de igualdade e de cidadania. (SOUSA, 2005, p. 118)

Para que a lei não se estagne, precisamos entender o que está sendo realizado para a efetivação da mesma. Nesse sentido, um primeiro movimento de aproximação do tema foi realizado buscando identificar os materiais disponibilizados pelo MEC, visto que entendemos ser este órgão o gestor das políticas públicas educacionais e por isso tem a responsabilidade de dar conta da institucionalização de práticas antirracistas na educação em todo o âmbito nacional.

Fizemos uma busca na página do MEC na qual divulga-se as publicações e identificamos todos os títulos que traziam diretamente referência a educação das relações étnico-raciais. Entendemos estas publicações como parte de uma proposta de ações afirmativas, ou seja, são ações com o intuito de legitimar positivamente, determinado grupo excluído e/ou estigmatizado, tirando-o desta condição.

A seguir apresentamos alguns fragmentos das produções do MEC identificadas com esta perspectiva.

1.2 PUBLICAÇÕES DO MEC QUE TRATAM DE RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

O MEC na década de 1990 incorporou, ainda que de maneira incipiente, a temática étnico-racial nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), mais especificamente no tema transversal Pluralidade Cultural. Os PCNs representaram à época uma tentativa de evidenciar as diferenças culturais e raciais, com a perspectiva de integrá-las ao currículo, dialogando com as antigas reivindicações dos movimentos negros (HENRIQUES e CAVALLEIRO, 2005, p. 215)

Mapear as produções publicadas pelo MEC é significativo para nossa formação e também para romper com argumentos usualmente utilizados de que existe escassez de material. Sendo assim, selecionamos as publicações do MEC que julgamos importantes para amparar nossas análises como, por exemplo, a coleção Educação para todos que contém 33 volumes com artigos

acerca de diversas instâncias da educação brasileira, selecionamos os volumes que tratam da diversidade étnico-racial. Foram encontrados seis volumes que a seguir faremos uma breve síntese de cada um.

O Volume 2 (2005) “Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03”. Esta publicação une artigos (alguns apresentados em fóruns estudantis de educação e diversidade étnico-racial) e tratam de temas variados acerca da educação antirracista, dividido em três partes, inicia com a contextualização da Lei nº 10.639/03, quão lutou-se pela sua criação e sobre termos e conceitos presentes no debate. Na segunda parte intitulada “Por uma educação anti-racista”, discorre sobre discriminação racial, reprodução do preconceito e religiosidade africana no cotidiano escolar. Por fim os artigos ressaltam a inovação no suporte para o ensino da história africana no Brasil, a notabilidade feminina e negra na literatura e também a ancestralidade. Como exemplo citamos o Conto Karabá e Kiriku.

Esperamos que ajude muitos (as) educadores (as) a compreender o processo de discriminação racial nas escolas. Mais do que isso, que seja um dos instrumentos que possam auxiliar os (as) educadores (as) brasileiros (as) a se engajar na luta anti-racista e na construção do “Brasil um país de todos” (BRASIL, 2012, p. 8)

Já o Volume 5 (2005) cujo título é “Ações afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas” visa facilitar primeiramente o entendimento das ações afirmativas, iniciando com três textos que baseiam a legitimidade e a originalidade das ações afirmativas no Brasil, entende-se por ações afirmativas as mesmas que criam medidas para combater discriminações, tal como sua efetivação. A parte seguinte objetiva solidificar os limites das políticas afim de inserir democraticamente os negros no Ensino Superior Público no Brasil, a parte subsequente intitulada “Para Além das Cotas” têm textos que discorrem sobre ações que ocorrem antes da entrada do negro na Universidade como por exemplo cursinhos pré-vestibulares para negros e sobre a permanência. A última parte articula os assuntos “ações afirmativas” e “combate ao racismo”, salientando que ações afirmativas como as que ocorrem no Brasil já acontecem em outros países da América Latina há alguns anos.

Consideramos este volume importante para a compreensão do professor no âmbito legal (legislativo) a cerca de ações afirmativas e combate ao racismo

e também, porque dá sequência ao volume 2 já apresentado, pois trata o tema “para além das cotas”. O presente volume traz textos que completam e/ou complementam esta ideia, tratando de assuntos antecedentes a Universidade e em seu decorrer.

Já o Volume 6 (2005) denominado “História da Educação do Negro e outras histórias” é extenso e une assuntos diversos, porém como diz a organizadora Jeruse Romão, (2012, p.17) todos os artigos têm o mesmo intuito que é o de: “combater o esquecimento e a invisibilidade e convocar a memória para significar e ressignificar a presença e a existência social do negro brasileiro”.

Esta publicação é dividida em cinco partes, de suma importância, pois iniciam relacionando história da educação, o povo negro e a legislação, em seguida os artigos associam interdição e acesso do negro à educação e também expõem o tema “pré-vestibulares” e “cotas” no estado do Rio de Janeiro. Com outra perspectiva no estado de Santa Catarina o artigo apresenta experiências educativas de mulheres negras com narrativas do cotidiano. Adiante temos outra narrativa, porém de uma perspectiva diferente que parte de um professor negro. Por fim os artigos tratam de diversidade no Currículo em São Paulo e Pernambuco, em diferentes épocas.

O seguinte Volume 9 (2005) que recebeu o nome de “Dimensões da inclusão no Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola”. Tem artigos que expõem as expectativas de toda a comunidade escolar a respeito da colocação de jovens negros no mercado de trabalho. Também discorre acerca do universo religioso de matrizes africanas no Brasil e sua relação com os estudantes do ensino médio.

A terceira e última parte dos artigos é sobre educação formal e informal em comunidades negras rurais e comunidades quilombolas. Segundo o coordenador do livro o mesmo “[...] contribui para um novo momento na formulação étnico-racial na educação básica e no ensino superior”. (BRASIL, 2005, p. 19). Por este motivo, o inserimos em nosso trabalho, pois contribuirá para a análise das teses e dissertações que tratem dos temas citados.

O Volume 29 (2007) com o nome de “O programa Diversidade na Universidade e a Construção de uma Política Educacional Anti-Racista”, traz artigos sobre ações afirmativas na educação básica, sobre cursos pré-

vestibulares populares para negros e algumas reflexões acerca da sociedade brasileira e produções artísticas racistas. A última parte do livro traz assuntos ainda não tratados nos volumes anteriores, discussões que são significativas nos textos que analisaremos.

O Volume 30 (2007) cujo título é - “Acesso e Permanência da População Negra no Ensino Superior” divide as discussões geograficamente, entre as regiões Nordeste, Centro oeste, Sudeste e Sul. O acesso e a qualidade da permanência de estudantes negros (as) nas Universidades federais e estaduais das regiões.

Outra importante publicação encontrada, que não faz parte da Coleção educação para todos, foi a coleção “História Geral da África” (2010). Têm livros que expõem a história do continente africano, antes da chegada dos colonizadores, as riquezas culturais do povo e suas diversidades. Tem o intuito de disponibilizar material para a formação de professores e também para utilização em aulas (como material de pesquisa e/ou de apoio). Não há outros livros que contem a história da África da mesma maneira, este material é único e de suma importância para a efetivação da implementação da Lei 10.639/2003.

Também encontramos duas significativas publicações direcionadas para a Educação Infantil. A primeira é a revista “Educação Infantil e práticas promotoras de igualdade racial” (2012), que objetiva “apoiar profissionais de Educação Infantil” (BRASIL, 2012, p. 8) e discorre sobre práticas educacionais vivenciadas e faz análise das mesmas, com o intuito de proporcionar ao educador a pensar práticas positivas, produzindo assim material para reflexões, tanto para os profissionais envolvidos, quanto para os leitores.

A segunda publicação dirigida para esta etapa foi o livro “Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais” do ano de 2012. Visa elaborar respostas para indagações do dia-a-dia de professores, funcionários e gestores educacionais. Ainda conforme os organizadores do livro o mesmo “[...] afigura-se como ferramenta potencialmente útil para o trabalho de elaboração de conteúdos de práticas pedagógicas promotoras da igualdade na educação infantil.” (BRASIL, 2012, p.7). O mesmo faz menção aos desafios sociais, demonstrando que é possível

uma maior compreensão do assunto, com cada profissional comprometendo-se.

Consideramos as publicações do MEC importantes para a melhor efetivação do Artigo 26A da LDB na Educação Básica brasileira e também para nos auxiliar em nossa pesquisa, das quais as metas e a metodologia utilizada encontram-se no capítulo a seguir.

CAPÍTULO II – O QUE DIZEM AS DISSERTAÇÕES

2.1 OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O nosso objetivo foi mapear como a Lei 10.639/03 tem sido implementada na educação básica de acordo com as pesquisas acadêmicas.

Além disso, foram elencados alguns objetivos específicos, quais sejam:

- Os autores usados para fundamentação teórica,
- Os anos de suas defesas,
- Em quais âmbitos os autores discutem as relações étnico-raciais fazendo relação com a implementação da lei em questão,

Para dar conta desses objetivos definimos que nossa pesquisa coleta dados a partir de uma análise documental, que segundo Godoy (p. 23, 1995) tem: “[...] três aspectos devem merecer atenção especial por parte do investigador: a escolha dos documentos, o acesso a eles e sua análise.” A escolha inicia-se, com a seleção de teses e dissertações no banco de dados da Pesquisa Nacional Estado da Arte na produção sobre Educação e Relações Étnico-Raciais entre 2003 a 2014, coordenada pelo Professor Dr^o Paulo Vinicius Baptista da Silva (UFPR), Professora Dr^a Shirley Aparecida de Miranda (UFMG) e Professora Dr^a Katia Evangelista Regis (UFMA). Nesta categoria foram selecionados materiais que faziam referência a Lei no seu resumo, apresentação ou palavra-chave, foram encontrados 65 artigos publicados em revistas da área de educação com *qualis* A1 a B5 e 49 teses e dissertações que estavam disponíveis nas páginas dos programas de pós-graduação das universidades ou no banco de teses da CAPES. Deste total, para esta pesquisa da TCC foram selecionados 9 trabalhos no grupo de teses e dissertações, sendo uma tese e 8 dissertações. A intenção inicial era trabalhar com as pesquisas que tratassem da educação infantil, no entanto, verificamos que havia apenas uma, então redefinimos o escopo ampliando-o para aquelas que diziam respeito a educação básica. Sendo assim, escolhemos os que traziam esta referência nas palavras-chaves ou no resumo.

Pretendíamos analisar trabalhos sobre a implementação da Lei 10.639/03 e a Educação Infantil, após a leitura dos resumos, percebemos que este tema não tinha uma quantidade significativa de textos com foco na Educação Infantil. A partir dessa dificuldade definimos analisar teses e dissertações que tratam da implementação da Lei 10.639/03 na Educação Básica, sendo assim relemos o material afim a selecionar os trabalhos de forma a delimitar o problema e os objetos. Caracterizando assim uma pesquisa qualitativa, visando entender os sujeitos pesquisados, utilizando o corte de tempo e espaço.

Considerando os objetivos e a metodologia utilizada nesta pesquisa, relatamos, analisamos e comparamos, entre si, os dados coletados. Ademais, construímos quadros e tabelas para a melhor visualização dos dados coletados como poderemos ver no próximo tópico.

2.2 ANÁLISE DOS DADOS

Neste tópico descrevemos e analisamos os dados coletados durante a pesquisa. No QUADRO 1 mostrado a seguir localiza-se o título das dissertações e da tese analisadas do mesmo modo que seus respectivos autores. As produções foram numeradas em ordenação progressiva e deste modo a numeração será resgatada ao longo do trabalho, com a finalidade de facilitar a identificação das dissertações e tese.

QUADRO 1 – NUMERAÇÃO TÍTULO E AUTORIA DAS TESES E DISSERTAÇÕES PESQUISADAS

Nº	Título	Autor (a)	Tipo
1	História da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas Escolas de Educação Básica: Igualdade ou Reparação?	Gisele Karin de Moraes	Dissertação
2	A Lei 10.639, o cotidiano Escolar e as Relações Étnico-Raciais um Estudo de Caso	Davi Silvestre Fernandes Martins	Dissertação
3	A Tramitação da Lei n. 10.639 de 2003: A Construção de uma Política Pública Educacional no Brasil no Congresso Nacional e no Conselho Nacional de Educação	Ana Paula Dornelles	Dissertação
4	Raça e Classe na Gestão da Educação Básica	Renisia Cristina	Tese

	Brasileira	Garcia Filice	
5	Da Invisibilidade Afro-Brasileira À Valorização da Diversidade Cultural: A Implementação da Lei 10.639/2003 na Rede Municipal de Ensino de São Bernardo do Campo	Maria Helena Negreiros de Oliveiras	Dissertação
6	Percepções de Infância de Crianças Negras por Professores de Educação Infantil	Ellen de Lima Souza	Dissertação
7	Relações Raciais e Políticas Educacionais em São Paulo, Possibilidades e Impasses do Artigo 26A da LDB: Ações e Visão das Gestoras do Núcleo Educação Étnico Racial da SME	Tania Pedrina Portella	Dissertação

FONTE: Pesquisa Estado da Arte, 2015.

Uma vez que o presente trabalho procura fazer uma caracterização para melhor analisar as dissertações e a tese partindo da leitura parcial das mesmas, o primeiro diagnóstico que fizemos em relação ao QUADRO 1, é a baixa quantidade de teses disponíveis com o tema implementação da Lei 10.639/03 na Educação Básica, em seu título e/ou resumo.

O segundo aspecto mapeado foram os autores citados, após levantar esse aspecto e analisar os dados obtidos produzimos a TABELA 1, a seguir.

TABELA 1 – AUTORES MAIS CITADOS E IDENTIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES/TESE

AUTORES CITADOS	QUANTIDADE DE DISSERTAÇÕES/ TESE	IDENTIFICAÇÃO DAS DISSERTAÇÕES/ TESE
MUNANGA, Kabengele	6	1,2, 3, 4, 5 e 7
CAVALLEIRO, Eliane dos Santos	5	1,2, 4, 6 e 7
RODRIGUES, Tatiane Cosentino	5	1,2, 3, 4 e 7
GONÇALVES, Luiz Alberto	4	2, 3, 6 e 7
GOMES, Nilma Lino	4	1, 4, 6 e 7
SILVÉRIO, Valter Roberto	4	1, 3, 4 e 7
BOBBIO, Norberto	3	3, 4 e 5
FERNANDES, Florestan	3	4, 5 e 7
ROMÃO, Jeruse	3	4, 5 e 7
BARDIN, Laurence	2	2 e 3
CHAUÍ, Marilena	2	2 e 4
COHN, Clarice.	2	4 e 6
CURY, Carlos Roberto Jamil	2	3 e 4
DÍAS, Lucimar Rosa	2	6 e 7
DOMINGUES, Petrônio	2	1 e 7
FREIRE, Paulo	2	6 e 7
FOUCAULT, Michael	2	6 e 7
HENRIQUES, Ricardo	2	3 e 4
JACCOUD, Luciana de Barros; BEGHIN, Nathalie	2	1 e 4
MEDEIROS, Alice de Aguiar	2	2 e 4

NASCIMENTO, Elisa Larkim	2	2 e 6
ROSEMBERG, Fúlvia	2	6 e 7
SANTOS, Sales Augusto dos	2	4 e 7
SARAIVA, Camila Fernanda	2	6 e 7
SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves	2	4 e 6
SILVA JR, Hédio	2	1 e 7
SKIDMORE, Thomas	2	2 e 7
THOMPSON, E. P.	2	1 e 4
TRIVIÑOS, A. N. S	2	2 e 4
XAVIER, Maria do Carmo; DORNELLES, Ana Paula Lacerda	2	2 e 3

FONTE: Pesquisa Estado da Arte, 2015.

Nesta tabela aparecem somente os autores mais citados em duas ou mais dissertações/tese diferentes. No entanto, cerca de 100 autores encontraram-se nas referências bibliográficas analisadas, contudo por não aparecerem em mais de duas dissertações e/ou tese não estão presentes na TABELA 1.

Observando a TABELA 1, destacam-se o autor Kabengele Munanga como o mais citado tendo dezesseis obras referenciadas pelos autores das dissertações e da tese, destacando-se duas, que são: “Redescutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra” (2004) e “Superando o Racismo na Escola” (2005) Kabengele instiga e motiva seus leitores a repensarem a mestiçagem no Brasil. Em seguida Tatiane C. Rodrigues citada cinco vezes (uma em cada tese e/ou dissertação) está em evidência sua dissertação, intitulada “Movimento Negro no Cenário Brasileiro: embates e contribuições à política educacional nas décadas de 1980-1990” (2005) referenciada três vezes. Eliane dos S. Cavalleiro tem oito produções citadas destaca-se sua dissertação “Do Silêncio do Lar ao Silêncio Escolar: Racismo, Preconceito e Discriminação Racial na Educação Infantil” (1998), posteriormente publicada pela editora Contexto em 2000. Luiz A. Gonçalves é referenciado seis vezes e em três dessas uma publicação escrita junto com Petronilha B. G. e Silva destaca-se o título “Movimento Negro e Educação” (2000), todas as produções citadas são voltadas à temática implementação da lei 10.639/03 na Educação Básica.

Gisele Karin de Moraes (dissertação 1) ao contextualizar a historicidade fundamenta-se principalmente em Edward Palmer Thompson. Kabengele Munanga é muito citado na dissertação 2, por exemplo, destacando-se como referência central. Observamos também que na parte introdutória Ana Paula

Dornelles (dissertação 3) baseia-se brevemente em Kabengele Munanga, porém analisa os discursos de Petronilha Beatriz Gonçalves Silva, evidenciando durante a produção analisada. Na tese 4 para seus conceitos de relações raciais a autora cita Kabengele Munanga e Nilma Lino Gomes, já nas questões sociais utiliza os conceitos de Edward Palmer Thompson e Valter Roberto Silvério. Na dissertação 5, Norberto Bobbio é o autor mais utilizado como referência na contextualização histórica, Jeruse Romão e Kabengele Munanga se evidenciam quando a autora discorre sobre história e educação do negro no Brasil. Já na dissertação 6, a autora não se prende a um autor principal, utiliza sempre três ou mais referências teóricas para cada assunto tratado. Ao discorrer sobre professoras da educação infantil, os autores mais citados são Ana Paula Dornelles e Lucimar Rosa Dias.

Quanto ao ano de publicação, a TABELA 2 mostra não é tão frequente encontrar dissertações e teses com o tema estudado. Sendo apenas cerca de uma publicação por ano com podemos ver, em 2009, 2011, 2012 e 2014, nenhuma em 2013 e uma maior quantidade em 2010 sendo duas dissertações e uma tese.

TABELA 2 – ANO DE PUBLICAÇÃO, IDENTIFICAÇÃO E QUANTIDADE DE DISSERTAÇÕES/TESE

Ano de publicação	Identificação	Quantidade de Tese/Dissertação
2009	Dissertação 1	1
2010	Tese 4/ Dissertação 2 e 3	3
2011	Dissertação 5	1
2012	Dissertação 6	1
2014	Dissertação 7	1

FONTE: Pesquisa Estado da Arte, 2015.

Vale salientar que o intuito do banco de dados Estado da Arte era de classificar produções acadêmicas que tratem da educação das relações étnico-raciais e educação iniciando no ano de 2003 até o ano de 2014.

Outro aspecto caracterizado é o local onde foram realizadas as dissertações e a tese. Cinco das produções são do Estado de São Paulo, uma no Distrito Federal e outra em Minas Gerais. Como podemos ver na TABELA 3.

TABELA 3 – LOCAL DA REALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Identificação	Instituição	Cidade	Estado/DF
1	Universidade de Sorocaba	Sorocaba	SP
2	Universidade Estadual Paulista	Rio Claro	SP
3	Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais	Belo Horizonte	MG
4	Universidade de Brasília	Brasília	DF
5	Universidade Metodista de São Paulo	São Bernardo do Campo	SP
6	Universidade Federal de São Carlos	São Carlos	SP
7	Universidade de São Paulo	São Paulo	SP

FONTE: Pesquisa Estado da Arte, 2015.

Indicando assim o maior movimento por parte dos cursos de pós-graduação no Sudeste e também a maioria das instituições é pública (estaduais ou federais).

As leituras das dissertações e da tese também nos possibilitaram a percepção dos termos mais utilizados na palavra-chave como mostra a seguir.

TABELA 4 – PALAVRAS CHAVE DEFINIDAS NAS DISSERTAÇÕES/TESE

Palavra-chave	Quantidade de dissertações/tese	Identificação da dissertações/tese
Educação	4	3, 5, 6 e 7
Relações étnico-raciais	3	2, 5 e 7
Política Pública/ Políticas Afirmativas/ Ações Afirmativas	3	1, 3 e 7
Professores (as)	2	5 e 6

FONTE: Pesquisa Estado da Arte, 2015.

Os termos que mais aparecem são: “Educação”, seguidos de “Relações étnico-raciais” indicando assim a facilidade de encontrarmos os temas nas dissertações e na tese. Colocamos três termos “Política Pública”, “Políticas Afirmativas” e “Ações afirmativas” compilados, pois percebemos que os termos tomam sentido ou significado similares.

Quanto as várias questões utilizadas nas pesquisas como: nível/modalidade de ensino, metodologias, instrumentos utilizados nas pesquisas e número de entrevistados, obtivemos a TABELA 5, para melhor visualização e também análise.

TABELA 5 – NÍVEL/MODALIDADE DE ENSINO, METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS USADOS NA PESQUISA, NÚMERO DE ESCOLAS/SUJEITOS PESQUISADOS

Dissertações /Tese	Nível/modalidade de ensino	Metodologias e instrumentos usados na pesquisa	Número de escolas/sujeitos pesquisados
1	Educação Básica	História, memória e oralidade. Entrevista com políticos ligados a implementação da Lei 10.639/2003. Lê e ouve relatos de histórias e discursos apresentados no Congresso Nacional e no Senado Federal.	Seis sujeitos, Oito discursos.
2	Escola São Paulo/ Ensino Fundamental II (oitava série)	Análise documental, entrevistas e grupo focal.	Seis professores (Educação Física, Língua Portuguesa, História, Artes, Língua Estrangeira e o Coordenador Pedagógico) e Quinze alunos.
3	Currículo Escolar/ Conselho Nacional Educação Estado de São Paulo (CNE/SP)	Análise Documental, Análise Conteúdo dos discursos parlamentares, entrevista semi-estruturada e pesquisa bibliográfica	Não quantificada
4	Avaliação do processo de implementação do artigo 26ª da LDB	Avaliação documental, entrevistas e questionários aplicados.	Duzentos gestores (entre coordenadores, técnicos em educação, militantes e representantes da sociedade civil)
5	Rede Municipal de Ensino	Abordagem qualitativa de natureza interpretativa e questionários.	Quatrocentos professores
6	Educação Infantil em uma Universidade Federal	Conversa, coleta e análise de dados.	Três professoras
7	Secretaria Municipal da Educação de São Paulo	Levantamento de ações existentes por meio de análise documental do material disponibilizado pelo Núcleo de Educação Étnico Racial da SME e entrevistas semiestruturadas.	Três Gestoras

FONTE: Pesquisa Estado da Arte, 2015.

Os campos das pesquisas analisadas são diversos não havendo padrão ou maior predominância. O instrumento metodológico mais utilizado foi a entrevista dos sujeitos envolvidos no campo da (s) pesquisa (s), dentre eles:

políticos ligados a implementação da Lei 10.639/03, professores (educação física, língua estrangeira, língua portuguesa, história, arte), alunos do ensino fundamental II e gestores educacionais. A análise documental destaca-se também sendo utilizada em cinco dos sete trabalhos analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento desta pesquisa revelou que ao analisarmos dissertações e tese sobre a implementação da Lei 10.639/2003, encontramos muitas reflexões do âmbito legislativo e de gestão educacional e poucas ações efetivas na (s) sala (s) de aula. Os resultados desse estudo inclusive mostram a dificuldade de encontrarmos teses sobre o tema estudado.

Constatamos também mais produção nos cursos de pós-graduação em universidades públicas (estaduais ou federais) do sudeste, principalmente no estado de São Paulo. Os dados coletados em nossa pesquisa mostram que de 2009 a 2014 os movimentos de implementação da Lei 10.639/03 estavam sendo efetivos, algumas em larga escala, como por exemplo a tese 4, e outras quase individuais, como se apresentaram nas dissertações 6 e 7, indicando assim grandes disparidades entre as ações e as regiões pesquisadas, mas demonstrando que há preocupações em vários âmbitos educacionais e que os sujeitos envolvidos estão engajados.

A implementação da Lei 10.639/2003 é uma incontestável conquista, mas estamos longe da igualdade e reparação a qual o Movimento Negro almeja, o mito da igualdade racial persiste e mesmo na academia onde são formados profissionais para atuar na área da educação sentimos a reprodução de práticas racistas e preconceituosas. É preciso falar sobre relações étnico-raciais, sobre reparação e leis de ações afirmativas.

Contudo externamos nosso repúdio às atuais propostas de cortes na educação, como cotistas raciais, compreendemos a importância desse modo de reparação.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Coleção Educação Para Todos, vol. 2** . Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal 10.639/03/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=658vol2antirac-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Coleção Educação Para Todos, vol. 5**. Ações afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas / Sales Augusto dos Santos (Organizador). – Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=652-vol5afr-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

BRASIL. **Coleção Educação Para Todos, vol. 6** . História da Educação do Negro e outras Histórias / Organização: Jeruse Romão. Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade . – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=647-vol7div-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

_____. **Coleção Educação Para Todos, vol. 9** . Ensino Médio: mercado de trabalho, religiosidade e educação quilombola Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=659vol9ensmedio&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

_____. **Coleção Educação Para Todos, vol. 29** . O Programa Diversidade na Universidade e a construção de uma política educacional anti-racista. Organização: Maria Lúcia de Santana Braga e Maria Helena Vargas da Silveira. - Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=695-v29-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

_____. **Coleção Educação Para Todos, vol. 30** . Acesso e Permanência da população negra no ensino superior / Maria Auxiliadora Lopes e Maria Lúcia de Santana Braga, organização. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade: Unesco, 2007. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=637-vol-30-acesperm-elet-pdf&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192. **Educação infantil, igualdade racial e diversidade** : aspectos políticos, jurídicos, conceituais/ Maria Aparecida Silva Bento, organizadora. São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT, 2012. Disponível em:http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11283-educa-infantis-conceituais&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192

_____. **Educação infantil e práticas promotoras de igualdade racial**. Coordenação geral Hédio Silva Jr., Maria Aparecida Silva Bento, Silvia Pereira de Carvalho. – São Paulo: Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades – CEERT: Instituto Avisa lá – Formação Continuada de Educadores, 2012. (arrumar). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11284-revistadeeducacaoinfantil-2012&category_slug=agosto-2012-pdf&Itemid=30192

_____. **História geral da África**, VIII: África desde 1935 / editado por Ali A. Mazrui e Christophe Wondji. – Brasília: UNESCO, 2010. Disponível em: http://www.unesco.org/new/pt/brasil/abouthis-office/single-view/news/general_history_of_africa_collection_in_portuguese-1/#.V0n0LzGj3Tg

_____. Lei 9394 – 24 de dezembro de 1996. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf?sequence=3>

Dornelles, Ana P. **A Tramitação da Lei n. 10.639 de 2003**: A Construção de uma Política Pública Educacional no Brasil no Congresso Nacional e no Conselho Nacional de Educação, Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, 2010.

Filice, Renisia C. G. **Raça e Classe na Gestão da Educação Básica Brasileira**, Tese (doutorado), Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Brasília, 2010.

III CONFERÊNCIA MUNDIAL CONTRA O RACISMO, DISCRIMINAÇÃO RACIAL, XENOFOBIA E INTOLERÂNCIA CORRELATA. **Declaração de Durban**. Durban, África do Sul. 31 de agosto a 8 de setembro de 2001. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/declaracao_durban.pdf
GODOY, Arilda S., **Pesquisa qualitativa**, tipos fundamentais, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.3, Mai./Jun. 1995, p. 20 - 29. Disponível

em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-7590199500030000

Martins, Davi S. F. **A Lei 10.639, o cotidiano Escolar e as Relações Étnico-Raciais um Estudo de Caso**, Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2010.

Moraes, Gisele Karin de. **História da Cultura Afro-Brasileira e Africana nas Escolas de Educação Básica: Igualdade ou Reparação?**, Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2009.

Oliveira, Maria H. N. de. **Da Invisibilidade Afro-Brasileira À Valorização da Diversidade Cultural: A Implementação da Lei 10.639/2003 na Rede Municipal de Ensino de São Bernardo do Campo**, Dissertação, Universidade Metodista, São Bernardo do Campo, 2011.

Portella, Tania Pedrina. **Relações Raciais e Políticas Educacionais em São Paulo, Possibilidades e Impasses do Artigo 26A da LDB: Ações e Visão das Gestoras do Núcleo Educação Étnico Racial da SME**, Dissertação (mestrado em educação), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Souza, Ellen de L. **Percepções de Infância de Crianças Negras por Professores de Educação Infantil**, Dissertação (mestrado em educação), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.